

Extensão sem fronteiras

Introdução

Pesquisador sênior do Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, em Portugal, **Giovanni Allegretti** é licenciado em Arquitetura (1996) e possui Doutorado em Planejamento Urbano, Territorial e Ambiental (2000) pela Universidade de Florença, Itália. Tendo como tema geral as relações entre as cidades contemporâneas e seus moradores, suas principais áreas de pesquisa incluem a participação dos cidadãos na gestão das transformações territoriais e nos orçamentos participativos municipais de cidades da Europa, América Latina e África. Grande parte de sua publicação está concentrada nesses temas.

Atualmente, devido ao papel desempenhado pelo CES na Comissão de Inclusão Social e Democracia Participativa da CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos) e do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP), vem estudando o tema das Redes de Cidades no cenário internacional.

No desenvolvimento de suas atividades junto ao CES, Allegretti destaca que o conceito de extensão está presente como um norteador ético, pois, na visão dele, o diálogo com a sociedade é essencial para as universidades. Dentro dessa perspectiva, a *Revista Interfaces* o convidou para falar da experiência da Extensão Universitária no contexto europeu, especialmente, em Portugal, e também para trazer a sua própria vivência com as atividades extensionistas.

***Revista Interfaces*: Qual o atual contexto das atividades extensionistas nas universidades portuguesas e europeias? É possível identificar a realização dessas atividades?**

Giovanni Allegretti: Inicialmente, é preciso falar a respeito dos processos vivenciados pelas universidades europeias nos últimos anos e, nesse sentido, destaco o Processo de Bologna. Tal processo, em linhas gerais, refere-se à unificação dos procedimentos realizados nas universidades europeias com o objetivo de promover os intercâmbios de professores e alunos e facilitar o reconhecimento mútuo dos títulos e a cooperação entre universidades. Porém, tal processo culminou na transformação conceitual do mundo universitário, no qual, perdeu-se, gradualmente, a ideia de cultura para uma ideia de oferecer serviços de construção de diplomas.

Então, de um lado, fez-se recuar o nível de reflexão, do outro lado, fez-se também concentrar o mundo universitário sobre a produção de indicadores científicos, o que

afastou a universidade do mundo real, levando-a a uma espécie de “auto-centramento”. A universidade parece importante na medida em que produz produtos para a universidade. Dessa forma, perdeu-se ainda mais a relação com o mundo de fora, porque o que se faz na sociedade não conta para os indicadores acadêmicos/científicos.

Então, o que temos tido é uma mudança de paradigma. Quase não se fala mais de extensão, porque a universidade não pode dar dinheiro, não pode dar tempo para se ocupar de uma coisa que não produz indicadores científicos, mas, ao mesmo tempo, as consultorias, ou seja, a produção de serviços para outras entidades públicas, têm-se tornado uma parte necessária da sobrevivência das universidades. Então, o que desapareceu de um lado, reaparece de outro, mas com uma menor capacidade de veicular uma relação estreita entre produção de saber e construção de mudanças na sociedade.

É necessário esclarecer isso antes de falar da Universidade de Coimbra, porque a Universidade de Coimbra não é uma entidade que pode regular a extensão de uma forma autônoma, ela entra no “*mainstream*”, digamos, e o “*mainstream*” maior (que perpassa essa universidade e perpassa Portugal) é o “*mainstream*” europeu.

Revista Interfaces: As atividades extensionistas desenvolvidas na Universidade de Coimbra estão alinhadas a uma política nacional de extensão em Portugal?

Giovanni Allegretti: Eu diria até que essa política quase já não existe mais porque as regras estão ditadas por um âmbito muito superior a Portugal, que é o âmbito desses mais de 40 países da Europa, que aderiram ao processo de Bologna, e trabalham sobre a unificação, uniformização e harmonização dos currículos universitários.

Dentro disso, o CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra) tem uma característica que merece ser lembrada. O CES é um centro de excelência, sendo assim, vive, principalmente, de recursos que vêm da Fundação Ciência e Tecnologia, ligada ao governo central português. Por outra parte, vive de uma crescente fatia de recursos “autogerados”, originada por financiamentos que nós, os próprios professores/pesquisadores, encontramos, através de projetos e de consultorias, o que, atualmente, representa a nossa parte de extensão. Progressivamente, com os cortes dos últimos três anos, devido à crise econômica, o CES tem aprendido a reduzir a parte de dependência do ministério, e a trabalhar mais com os recursos que advêm desses projetos e consultorias.

Revista Interfaces: Como se desenvolvem as atividades da extensão no contexto do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra? Há claramente a definição e uso do termo extensão?

Giovanni Allegretti: Hoje em dia, o termo “extensão” é muito pouco usado em Portugal. Sendo assim, continuo a não usar o termo, embora eu acredite na extensão como um espaço para os alunos aprenderem e os professores testarem suas teorias e também enriquecerem sua capacidade de ensino. Acho que a extensão seja isso e que é muito importante protegê-la. Eu não separo pesquisa e extensão. Para mim, a extensão é um dos âmbitos da pesquisa e é assim que eu a vivo e a defendo junto com outros colegas que pensam como eu e também frente ao nosso instituto, onde nem todos pensam dessa forma.

Há pessoas que pensam que deveríamos nos concentrar mais em projetos acadêmicos tradicionais. Mas, eu pergunto, como é que posso evitar fazer extensão quando trabalho com inovação municipal, quando trabalho com inclusão social? São campos que necessitam de observação direta e que necessitam de um compromisso ético com as populações. Se eu só fizesse análise de fora, eu não seria parte da mudança, não seria parte da inovação municipal das políticas públicas. Porque, se você for ler os objetivos do nosso instituto, você vai ver que, dentre os objetivos do CES, há o de influir/atuar na transformação da sociedade e da política. Então, para sermos coerentes com as premissas do instituto, deveríamos constantemente testar o nosso fazer dentro do âmbito da sociedade, das instituições sociais e políticas.

Revista Interfaces: Quais projetos você coordena, no âmbito da extensão universitária, dentro do CES?

Giovanni Allegretti: Trabalho em diferentes vertentes, uma é a de internacionalização, que permite aos meus alunos trabalhar fora do país, por exemplo, em cursos de formação para técnicos de municípios, especialmente sobre o orçamento participativo, que é um tema central do meu trabalho. Tais projetos envolvem parcerias com organismos multilaterais como a ONU e o Banco Mundial, além do terceiro setor (ONGs).

Também faço alta formação em Portugal, organizando cursos que não são apenas lugares onde ensino, ao lado dos meus colaboradores, mas são lugares onde nós interagimos com pessoas que têm um componente de conhecimento cultural concreto na atuação territorial e eles também nos ensinam. Quando escrevo projetos científicos, insiro sempre momentos de formação porque, a meu ver, aquela formação é um espaço de troca: não sou eu que formo, são os outros que me dão “feedback”, são os

outros que me ensinam e me trazem questões e dúvidas. Então, os momentos de formação tornam-se catalizadores para entender melhor a realidade na qual atuamos. Sendo assim, é difícil separar extensão e pesquisa. Para mim, em algumas fases da pesquisa, é absolutamente necessário verificar as próprias hipóteses, através de um diálogo contínuo, com base em uma ação na sociedade.

Há outra vertente de projetos extensionistas, especialmente aqueles em que colaboro com a Associação Mundial das Cidades (CGLU). São, por exemplo, de projetos de monitorização de boas práticas, com o objetivo de construir uma rede de diálogos com municípios. Nesses projetos, nós sempre lançamos editais internacionais para encontrar outros colegas e municípios que estejam estudando ou fazendo coisas novas. Contribuímos assim com a construção do observatório que se chama “Cidades Inclusivas”, que o pessoal da CGLU gostou muito. Este ano, eles nos pediram um novo projeto coletivo sobre experiências de “*Community-based Monitoring*”. Esse aspecto da coletivização é muito importante para nós, porque, assim, a colaboração com instituições se torna um espaço de diálogo e interação com colegas que se ocupam de temas diferentes e complementares. Então, nós usamos esses espaços para nos obrigar a entrar em interação, em vez de fazer projetos separados, cada um na sua área. Nós nos obrigamos a dialogar, a construir momentos comuns, a refletir sobre como as nossas disciplinas interagem entre si. Agora, existem vários projetos que não são meus, mas que faço com outros colegas, interdisciplinarmente, por exemplo, ligados aos temas da agricultura urbana e da inclusão dos migrantes.

Revista Interfaces: Como é que você percebe essa relação entre ensino, pesquisa e extensão nos projetos que desenvolve?

Giovanni Allegretti: Como uma pessoa que atua na sociedade, que usa os dados que a sociedade e a política me fornecem, eu tenho um compromisso ético com essas pessoas para que os produtos originados dos questionários, das entrevistas que nós fazemos, sempre sejam reutilizáveis no âmbito das políticas públicas. Francamente, eu não entendo os universitários que sugam informações e tempo da sociedade e nunca dão o retorno, o produto que eles elaboraram com a sabedoria das pessoas com as quais dialogaram. Se você considerar a sociedade que colabora contigo como copesquisador da sua pesquisa, é absolutamente necessário que você volte para eles com algum produto a discutir em conjunto. Sei que um dos problemas é que as instituições não têm tempo de ler os dados. Então, o que eu ponho como obrigatório nos meus projetos é construir seminários conjuntos com as instituições, onde elas se “auto-obrigam” a participar para discutir os dados que nós recolhemos nos relatórios. Ou seja, de alguma forma, estimulo essas instituições a parar um momento e a refletir

sobre os efeitos do que elas têm feito. E o que eu ganho com esses momentos? Ganho que eles me ajudam a interpretar os dados de uma forma mais próxima da realidade, porque eu não conheço esses contextos tão bem como quem está inserido neles. Nesse processo, eu me enriqueço, enriqueço os meus alunos e os meus estudos através desse momento de interpretação conjunta, mas as instituições também são obrigadas a tomar conta de dados que podem ajudar na melhoria de seus processos, caso elas queiram. Porque é claro que elas têm a liberdade política de não fazer nada depois de terem visto os resultados dos nossos estudos. De toda forma, é muito raro que isso aconteça.

Vale também destacar a questão da avaliação que, para nós, universitários/acadêmicos é fundamental para nossos produtos científicos e que pode dar muito a quem atua na sociedade com políticas públicas. Sendo assim, atuo sempre em duas linhas: a primeira é a do intercâmbio constante de dados e de visões e a outra é a do comprometimento ético com os temas que eu trato. Sou muito cuidadoso nas teses dos meus alunos para que exista sempre uma parte pró-ativa. Que as críticas existam, porque é claro que tem que haver uma visão crítica, mas que elas estejam sempre assentadas em uma proposta de melhoria, de mudança de paradigma, porque eu sei que “destruir” pelos universitários é muito mais fácil que “construir” para um político. Então, eu não aceito que, nem eu, nem nenhum dos meus colaboradores, entremos nesse jogo. Meu compromisso com a realidade é o de construir, melhorar, nunca de criticar por criticar, esterilmente.

Revista Interfaces: Como você avalia esses projetos, tendo em vista os objetivos propostos, sua efetivação e seus impactos tanto na universidade como na comunidade/parceiros envolvidos?

Giovanni Allegretti: Os objetivos se constroem em conjunto. Quando faço um questionário, tenho todas as perguntas que me servem para uma análise acadêmica e, depois, vou à entidade onde será aplicado o questionário e pergunto “O que você quer saber que eu posso introduzir no meu questionário”? Porque, assim, aquela ação irá trazer não apenas informações que me interessam, mas também dará à entidade pública, que se abre a essa investigação, informações especificamente úteis para transformar e melhorar a sua política. Sendo assim, sempre julgo os resultados ótimos em relação aos objetivos porque os objetivos são construídos coletivamente e com uma reflexão realista, raramente se colocam objetivos que não conseguiremos realizar no final.

Agora, no contexto das universidades portuguesas e europeias, acredito que nós não somos os únicos, porque todo mundo precisa hoje de projetos em parceria com a sociedade (também sob forma de consultorias) para ganhar novos recursos. Não sei quantos desejam fazer as consultorias para aprender mais e para testar-se na relação com a sociedade, mas, seguramente, nós somos uma exceção em Portugal, nesse aspecto.

No âmbito das ciências sociais, não somos os únicos a fazer consultoria, mas somos importantes e reconhecidos por fazer consultorias internacionais. Por exemplo, agora estou, junto com o Leonardo Avritzer (professor do Departamento de Ciência Política da UFMG), a trabalhar numa proposta de consultoria para a Presidência da República do Brasil sobre processos de participação a nível supramunicipal (regiões e países).

No que se refere às outras universidades, não é raro vir a saber da existência de colegas que me desrespeitam e desrespeitam a outros colegas do CES por causa do tipo de trabalho de extensão que fazemos na sociedade. Achem que nós fugimos do padrão acadêmico clássico, que nós nos contaminamos com a política. Tento sempre manter distância dos partidos, mas é claro que me contamina com a política em termos de transformação do mundo, da sociedade em que vivemos e da qualidade da vida. Quando construímos redes no CES, tentamos sempre averiguar o quanto as nossas redes internacionais têm a mesma visão ética do relacionamento universidade/sociedade. Eu não faço parcerias com universidades que são só voltadas ao acadêmico, não me interessa, não é minha maneira de atuar. O mundo visto da minha perspectiva é muito comprometido com a extensão, mas, na verdade, essa postura não é majoritária. É o meu mundo. As instituições que escolho como parceiras (como, por exemplo, a Associação IN-LoCo, em Portugal) devem compartilhar dessa visão.

Revista Interfaces: Então, você percebe essa tensão entre as visões existentes sobre o que seja papel da pesquisa e da extensão?

Giovanni Allegretti: Sim. As universidades não querem fazer pesquisas desse tipo. Às vezes, escolho um professor, um parceiro na Universidade de Lisboa, por exemplo, porque sei que aquele professor tem a mesma visão que eu, mas é completamente isolado. Tenho sorte de estar num instituto que coloca a transformação social como um de seus objetivos. Mas, os professores com quem trabalho são completamente isolados dentro das suas instituições e eu os escolho como parceiros para reforçá-los, porque eles não têm a sorte de trabalhar num instituto que partilha desse ideário.

As atividades extensionistas existem em outros países e em outras universidades, mas nem todo o mundo universitário as encara da mesma forma. Quando trabalhei no Brasil, há 15 anos, encontrei muitas universidades, por exemplo, no Rio Grande do Sul, que estavam completamente fora da realidade. O urbanismo, as ciências políticas não se ocupavam dos orçamentos participativos, das grandes inovações que os municípios brasileiros estavam fazendo. Quando fiz minha tese de doutorado no Brasil, em Porto Alegre, tinha um apoio limitado na universidade, porque não havia quase ninguém interessado no tema do orçamento participativo. Agora, as coisas mudaram. Hoje tenho muitos colegas que trabalham nessa realidade, que entram nas inovações. Então, a academia do Brasil não é hoje o que era há 15, 20 anos.

Revista Interfaces: A partir do seu currículo, vemos que muitas de suas atividades acadêmicas têm como foco as questões urbanas e as cidades multiculturais. Como essas questões se colocam no contexto da extensão universitária?

Giovanni Allegretti: Acho que essas questões se colocam muito bem por uma razão principal: elas são a prova que, na realidade, os modelos e as culturas se hibridam. Não existe uma cultura pura, não existe um modelo de gestão urbana puro. Então, para mim, a extensão é o espaço onde vou descobrindo a naturalidade da hibridação entre modelos. Depois, eu reencontro isso nas teorias, por exemplo, a da Jane Mansbridge¹, que defende muito os modelos híbridos, no âmbito da participação, como os únicos modelos que podem enfrentar a complexidade do planeta. As cidades multiculturais na extensão entram também como enriquecimento das minhas visões, a saber, ao trabalhar com antropólogos e sociólogos sobre os problemas e sonhos dos migrantes.

Hoje, por exemplo, trabalho num projeto acadêmico de uma colega que se ocupa da imigração, a partir da metodologia do “*StoryTelling*”, as rodas de histórias. Nesse projeto, percebemos as dificuldades dos imigrantes em contar as próprias histórias para superar as barreiras que eles têm em se relacionar com o território que hoje vivem e trabalham. Você não imagina a riqueza de visões que tenho sobre a cidade em que vivo, graças a esse diálogo com os migrantes. Sou migrante também, mas eu tenho a sorte de ser um viajante cosmopolita, não tenho dificuldade de inserção na realidade onde estou, mas, quando trabalho com pedreiros, com mulheres que limpam as casas, que cuidam de idosos, com enfermeiras, com cozinheiros, eu vejo outras

¹ Professora da John F. Kennedy School of Government na Universidade de Harvard. Estuda Democracia Deliberativa e Teoria Política.

visões, pontos de vista sociais e culturais diferentes, que enriquecem a minha capacidade de interpretação da realidade que estudo. Então, vou ganhando espelhos múltiplos, que refletem a realidade numa riqueza muito maior que aquela que eu tenho no momento em que começo meus estudos.

Revista Interfaces: Muitos dos projetos que você coordena/participa têm caráter internacional. Nesses projetos há também o desenvolvimento de atividades extensionistas? Se sim, como elas se desenrolam?

Giovanni Allegretti: Como disse, eu só faço projetos que têm atividades de extensão dentro. Não tem nenhuma alteração no fato de que sejam nacionais ou internacionais. A vertente concreta é trabalhar no campo para o campo, mas não no campo em sentido acadêmico. No CES trabalhamos para que os nossos atores, aqueles com quem nos relacionamos também ganhem algo, aprendam algo e nos deem algo durante o processo de interpretação dos dados.

Revista Interfaces: Através da sua fala e também pelo seu currículo, podemos perceber que você já desenvolveu atividades no Brasil, com destaque para aquelas relacionadas à implementação do orçamento participativo. Fale-nos um pouco mais sobre a sua experiência no país?

Giovanni Allegretti: Ao Brasil, devo a descoberta da extensão como uma atividade condigna do mundo universitário. É claro que hoje a extensão no Brasil não é a que era, porque, no Brasil, também entrou o frenesi das revistas A e B com “referees”. Então, muitos brasileiros estão abandonando a extensão, achando que ela é uma filha menor do mundo acadêmico. Mas aprendi com a extensão no Brasil e hoje, no Brasil, trabalho principalmente com colegas que fazem da extensão o seu objetivo ético central. E isso me acontece em Belo Horizonte, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, na Universidade Latino Americana de Foz do Iguaçu e, estou seguro que, agora que a Nilma Gomes foi dirigir a Universidade Luso-Afro-Brasileira, também nos acontecerá com essa nova universidade no norte do país. Não tenho dúvidas, para mim, o Brasil é a pátria da extensão, ainda hoje.

Sei que outros países da América Latina têm a extensão, mas eu ainda não tive a sorte de trabalhar com eles, mas trabalhei com o Brasil e, no país, existe um mundo que acredita em trabalhar com a realidade, que dá um valor importante para a extensão e que é capaz de dizer: “Ok, a extensão não é premiada pelo ministério quando vão ser distribuídos os recursos, mas nós também podemos transformar a extensão num processo de aprendizagem que depois se reverte em produção de artigos, em projetos científicos”. Então, são esses colegas inteligentes que gosto de ter

nas minhas relações de rede. É com essas pessoas que sei que podemos superar aquelas barreiras burocráticas que os ministérios e os financiamentos internacionais nos colocam para continuar a ter a extensão como um objetivo ético do nosso trabalho.

Revista Interfaces: Como você avalia a política de extensão adotada nas universidades brasileiras? Você acredita que é possível estabelecer parcerias internacionais, assim como as que ocorrem nas atividades de pesquisa, no âmbito da extensão universitária?

Giovanni Allegretti: Acredito que o que vocês têm e podem fazer é começar a sair de uma visão restrita e burocrática da extensão como uma série de atividades regulamentadas no território, onde seus alunos vão aprendendo, onde vocês dão algo gratuitamente para as áreas mais pobres do país e reinserir esta perspectiva numa visão mais ampla, menos burocratizada, em que extensão é tudo o que fazemos com parcerias sociais e que se reverte em resultados de aprendizagem mútua, na academia, seja no mundo das transformações políticas, que são aquelas que verdadeiramente mudam o mundo, muito mais que a academia.

Acredito que seja importante sair de uma leitura da extensão apenas como uma componente formalizada do mundo acadêmico. A extensão é um campo maravilhoso de crescimento, principalmente no que se refere aos processos de aprendizado dentro da universidade, pois possibilita estar junto com os alunos em momentos informais, sofrer, chorar, emocionar-se. Isso acaba por consolidar o relacionamento dos professores com os alunos e também permite a todos nós testar nossos saberes, tendo em mente que o que os alunos fazem não é apenas aprender uma metodologia, mas é também dar algo a alguém que o ajuda a crescer. Portanto, a extensão está estritamente ligada a uma visão ética do ensino e do papel das universidades dentro da realidade de um país.